

**XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA
HISTÓRIA E ÉTICA
12 A 17 DE JULHO DE 2009
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) – FORTALEZA -
CEARÁ**

**ST 36: “OS ÍNDIOS NA HISTÓRIA: ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO
E ATUAÇÃO POLÍTICA”
COORDENADORES: EDSON HELY SILVA E JOHN MANUEL
MONTEIRO**

**“Peregrinações, conflitos e identidades indígenas nas aldeias
quinhentistas de São Paulo”**

Glória Kok
UNICAMP-CPEI

Introdução

Circunscrito ao século XVI, este trabalho discute os indícios históricos da formação e consolidação das primeiras aldeias coloniais dos Campos de Piratininga no cenário das guerras de resistência indígena e de conquista, tomando como fonte principal as *Actas da Câmara da Villa de S. Paulo*, escritas de 1562 a 1596. Esta pesquisa faz parte de um estudo mais amplo sobre as ações criativas dos índios em torno das capelas coloniais de São Paulo, no campo da nova história indígena. Trata-se de deslindar, nas entrelinhas da documentação, as ações indígenas imbricadas à história colonial de São Paulo, que se apresentam, na maior parte das vezes, como fragmentos dispersos.

1- Panorama étnico dos Campos de Piratininga

Após a chegada dos europeus, no século XVI, os grupos indígenas que viviam nos chamados Campos de Piratininga receberam classificações que se enquadravam no binômio Tupi-Tapuia (MONTEIRO, 1994, p.20). Assim, entre os que falavam a

língua tupi-guarani, os adventícios distinguiram os Tupiniquim, Tupinambá, Tobajara, Tamoio, Tememinó, povos Tupi, e entre os “de língua travada”, os Guaianá, povo Jê.

Três lideranças tupiniquins se sobressaíram no contato com os colonos europeus: Tibiriçá, líder da aldeia de *Inhapuambuçu*, possivelmente conhecida como Piratininga; Caiubi, supostamente irmão de Tibiriçá, chefe da aldeia de *Jerubatuba*, na região do atual bairro de Santo Amaro; e Piquerobi, irmão de Tibiriçá, líder da aldeia indígena de *Ururaí*, sobre a qual se ergueu a aldeia colonial de São Miguel. Cada uma dessas lideranças optou por uma trajetória política no período da conquista. Tibiriçá e Caiubi, já idoso segundo Frei Gaspar, fizeram aliança com os jesuítas, enquanto Piquerobi moveu uma guerra contra os adventícios que durou de 1562 a 1565, segundo dados do Sítio Morrinhos.

Ao lado dos líderes indígenas, o português de Coimbra, João Ramalho, náufrago da costa vicentina, formou um núcleo mameluco que se destacou pelas atividades de apresamento e de comércio de índios escravizados, graças à condição de genro do famoso cacique Tibiriçá que lhe propiciou uma prole numerosa e a constituição de uma rede de alianças e de parentes envolvidos nas operações escravistas. Para John Monteiro, Ramalho “passou a desempenhar a função de intermediário, atendendo aos interesses não apenas de seus parentes indígenas como também dos europeus que passavam a demandar números cada vez maiores de cativos para a nascente economia colonial (MONTEIRO, 2004, p.30).

Além de traficante de escravos, escreve Frei Gaspar, João Ramalho fortificou uma trincheira, construiu igreja, cadeia e outras obras públicas e, em 8 de abril de 1553, levantou Pelourinho na

Povoação de Ramalho, que recebeu o nome de Vila de Santo André (MADRE DE DEUS, 1975, p.122).

A 25 de janeiro de 1554, nascia, na confluência do Rio Tamanduateí e do ribeirão Anhembi, a Vila de São Paulo ao redor do Colégio dos padres da Companhia de Jesus, que, na ocasião, não passava de “uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palha” (*Apud* TAUNAY, 2003, p. 224). No intuito de adensar o novo núcleo e selar a aliança com os portugueses, o cacique da aldeia de *Inhapuambuçu*, batizado com o nome de Martim Afonso Tibiriçá, deslocou sua aldeia para as proximidades do Colégio de São Paulo. “Junto da Vila”, escreve Anchieta, “ao princípio, havia doze aldeias, não muito grandes, de índios, a uma, duas e três léguas por água e por terra, as quais eram continuamente visitadas pelos padres e se ganhavam muitas almas pelo batismo e outros sacramentos” (*Apud* TAUNAY, 2003, p.236).

O núcleo mameluco de João Ramalho e o “viveiro de catecúmenos” dos jesuítas de São Paulo, entretanto, disputavam o domínio dos grupos indígenas da região. A tensão culminou com a vitória dos jesuítas e a extinção da Vila de Santo André em 1560. Dois anos depois, eclodiu a guerra de resistência de uma parcialidade tupiniquim liderada por Piquerobi, contra os jesuítas e os colonos. Ao mesmo tempo, os camaristas de São Paulo ameaçavam João Ramalho de prisão e um ano de degredo em Bertioga, caso não obedecesse às ordens de guerra contra os Tupiniquim (ACTAS, 1914, p.15), o que sinaliza, de um lado, o esforço de adequação dos oficiais com relação às ações de João Ramalho, e, de outro, o enfraquecimento de sua liderança diante de outras firmadas nas guerras de conquista.

No mesmo ano em que foi extinta a Vila de Santo André, surgiram no planalto as primeiras aldeias d'El Rei, nos moldes das que foram estabelecidas pelo Regimento de 1548 e implantadas por Mem de Sá na Bahia, em 1556. Os índios das aldeias eram “para sua Alteza os ter assim prontos a seu real serviço, que é o fim de elas se perpetuarem”. (LEITE, 1945, p. 228). Núcleos de povoamento indígenas na esfera do controle de Portugal, as aldeias coloniais transformavam o “bárbaro gentio”, que vivia no sertão, e portanto, fora do espaço colonial, em índio cristão, vassalo do Rei mão-de-obra. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, as aldeias também cumpriam um papel importante na “ressocialização dos povos indígenas e na recriação de suas identidades”, configurando-se também como um espaço indígena [ALMEIDA, 2001, p. 26].

2- Das aldeias indígenas às aldeias coloniais

Da Vila São Paulo, centro irradiador da conquista espiritual, espraiou-se uma constelação aldeias coloniais, sob a administração dos jesuítas e o controle dos agentes do governo (CAMARGO, 1952, p. 203). Muitas delas tiveram duração efêmera no século XVI: *Mairanhaia*, *Jeribatiba*, *Ambuaçava ou Embuaçava*, e *Maniçoba*, enquanto outras foram fundamentais no processo de colonização do planalto, entre as quais se destacam: São Miguel, Conceição de Nossa Senhora dos Pinheiros e *Itaquacetuba*, que foram fundadas em 1560, e Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, que teve início em 1580.

As primeiras aldeias abrigavam os grupos indígenas que habitavam na região, sobretudo os Tupiniquim e os Guaianá (MONTEIRO, 1994, p. 43). Esclarece Frei Gaspar Madre de Deus

que à medida que os portugueses se apropriavam das terras indígenas, os índios se transferiam para duas aldeias, a de Pinheiros e a de S. Miguel. Diz ele: “Os *Guaianazes* oriundos de *Piratininga* e mais índios ali moradores vendo que iam concorrendo portugueses e ocupando as suas terras desampararam *S. Paulo* e foram situar-se em duas aldeias, que novamente edificaram uma com o título de *Nossa Senhora dos Pinheiros* e outra com a invocação de *S. Miguel*” (MADRE DE DEUS, 1975, p.125). Anchieta também fez referência ao deslocamento dos habitantes das doze aldeias para duas, S. Miguel e Pinheiros, e informa: “Entre ambas terão 1.000 pessoas, e há nesta terra muito bom aparelho para conversão por haver ainda grande número de gentio não muito longe” (ANCHIETA, [1585], 1988, p. 432). Anchieta referia-se à posição estratégica de São Paulo para conquistar os Carijó, a fim de incorporá-los ao “viveiro de catecúmenos”.

Se as primeiras aldeias coloniais foram fundadas em 1560 sobre aldeias tupiniquins pré-cabralinas, foi somente a 12 de outubro de 1580 que a situação se regularizou, quando os índios cristãos das aldeias de Conceição de Nossa Senhora dos Pinheiros e de S. Miguel receberam as datas de sesmarias de seis léguas, medida padrão da época, das mãos do capitão Jerônimo Leitão.

Tudo indica que o capitão-mor Jerônimo Leitão foi uma liderança política de grande destaque em São Vicente, Santos e São Paulo. Figurou como o principal estrategista da conquista dos territórios indígenas do século XVI e foi um dos responsáveis pela organização dos indígenas no contexto colonial de São Paulo. Tinha como responsabilidade conceder licenças para as entradas do sertão, encaminhar os índios apresados, organizar os guerreiros, comandar as guerras de conquista contra os índios do sertão e da vila, capturar

os índios “contrários”, como os Tememinó e os Carijó (1585), deslocar-se para o “caminho do mar a socorer desaranjos” [ACTAS, 1914, p. 334], tais como as guerras da Paraíba e dos corsários ingleses do Rio de Janeiro, e distribuir datas para as aldeias dos índios cristãos. Foi quem convocou as câmaras municipais de São Vicente, Santos e São Paulo para ditar os termos da guerra justa contra os Carijó e legitimar o recrutamento de escravos índios (MONTEIRO, 1994, p.53).

A última aldeia fundada no século XVI foi Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, de 1580, que, inicialmente, serviu de abrigo, de acordo com John Monteiro, para “catecúmenos maromins (guarulhos), guaianás e ibirabaquiyaras (caiapós do Sul)”. A progressiva diminuição da população tupi - vitimada por epidemias, guerras e apresamentos -, resultou na diversificação da composição étnica das aldeias coloniais.

Porém, nem todos os grupos indígenas que vieram do sertão para a vila foram descidos à força pelos paulistas ou capturados em guerra. Em 1587, o procurador da vila de São Paulo noticia a chegada voluntária de “hus índios tupiães [que] vinhão do sertão desta capitania pelo caminho de paz e per sua vontade p.^a povoare a terra” [ACTAS, 1914, p. 329]. Em 1593, outro índio, chamado Vrapepoquira, saiu da aldeia de *Jibarapara* para a vila com a sua mulher e filhos em paz e na condição de forros. Os oficiais recomendaram que fossem viver em aldeias de índios cristãos [ACTAS, 1914, p. 455].

Ao longo da década de 1580, as estratégias de guerra e de defesa dos moradores estiverem no cerne das preocupações dos camaristas de São Paulo. O cenário era bastante complexo e tumultuado, com alianças dinâmicas e versáteis entre diversos grupos indígenas da

vila e do sertão, que promoviam revoltas, mortes e guerras. Os adventícios, por sua vez, aliados à facção dos Tupiniquim, fomentavam guerras de conquista para expropriar os territórios indígenas e apresar índios como escravos, incitando revoltas indígenas. Segundo John Monteiro, algumas facções de índios aldeados em Pinheiros e São Miguel, decidiram apoiar uma aliança inusitada entre os Guaianá e Tupi [MONTEIRO, 2004, p. 39].

Buscando “aquietar a terra”, a Câmara procurou isolar os índios aldeados do contato com os homens brancos através de algumas medidas: 1º) proibiu os colonos de irem às aldeias resgatarem índios, “p.^r causa dos muitos agravos que lhe fazem”; 2º) proibiu qualquer homem cristão branco de ficar em “aldeã de negros foros ou cativos bebendo e bailando ao modo do dito jentio”; e, por fim, 3º) proibiu os brancos de fazerem casas nas aldeias dos índios e em seus arrebaldes, pelos “agravos que se fazem aos indios na dita aldeia assim a de rirai e a dos pinheiros” [ACTAS, 1914, pp. 201 e 211].

No mesmo ano de 1583, Jerônimo Leitão foi informado da “muita devasidão acerca dos resgates que vão fazer com hos gentios do sertão”, sem a sua licença. Os oficiais da câmara avisam para que ninguém vá às aldeias dos Guaianá “por rezão de algûs dezaguizados que lá fazem” e avisa que o capitão Jerônimo Leitão não dará licença para isso [ACTAS, 1914, p. 211]. As ordens não surtiram efeito entre os colonos, pois, oito anos depois, em 1591, o assunto volta à pauta e os oficiais proíbem o resgate dos Guaianá em sua terra [ACTAS, 1914, p. 438]. Em 1593, os oficiais informam que os Guarulhos e Guaianá estavam “alevantados”, provavelmente pelos resgates feitos pelos paulistas.

3- “Terra em desordem, gente desinquieta”

Dois anos depois da organização das primeiras aldeias coloniais, em 1562, ameaças, mortes de homens brancos, captura de escravos, capturas de mulheres, levantes e guerras foram ações contínuas de vários grupos indígenas “desinquieta” que viviam tanto nas aldeias coloniais como no sertão. Embora seja difícil identificar todos os grupos implicados nos conflitos, a documentação da Câmara identifica, entre os atores, os Tupiniquim de *Ururáí*, de Pinheiros e do sertão, os Carijó do Sul, que buscavam mulheres brancas (D.I., 1913, p.22), os Tamoios do litoral do Rio de Janeiro, e grupos “contrários” do sertão que se “alevantaram” contra os adventícios, como os Guanonimis ou Maromimi (Guarulhos), os das nações hybirababacas, provavelmente os Caiapó, e os Guaianá.

Numa sessão de 1564, a Câmara de S. Paulo afirma que os Tupiniquim e os Tamoio têm causado muita apreensão na vila de São Paulo e solicita ao Rei que autorize a guerra contra os índios. Os Tupiniquim, dita o documento, há quinze anos têm matado homens brancos no sertão. No âmbito da vila, quebraram as pazes, atacaram e fizeram um cerco de alguns dias em torno do vilarejo de São Paulo. Há dois anos, seguem fazendo saltos “destroindo hosmãotimentos e matãodo e levãodo allgus homes brãoquos e escravos e assim muito do guado vaqu [...]” [ACTAS, 1914, p.42-43]. Já com relação aos Tamoio, “da banda do rio de janeiro”, atacavam “com grandes armadas de canoas”, junto com franceses, os núcleos litorâneos e São Vicente e Santos, e capturavam homens brancos, escravos e “mulheres brancas” [ACTAS, 1914, p. 43].

Em 1572, os camaristas reclamaram que algumas pessoas haviam reunido os índios “põtteiros” para levar ao Rio de Janeiro, o que não consentiam, alegando “ser prejuízo da ttera”, por “não tteremos quem corra as frõtteiras” e por terem “nottiça dos contrairos estare juntos” [ACTAS, 1914, p. 52].

Diante do “estado de guerra” da Capitania de São Vicente e da ameaça de despovoamento da Vila de São Paulo, a Câmara pede que o “gentio seja conquistado p.^r guerra p.^a q co medo e co ho quastigo q lhe pode dar fique co menos forsa p.^a poderem cometer a dita vila e capitania como costumão” [ACTAS, 1914, p. 44]. A articulação de uma guerra contra os índios do sertão fez-se simultaneamente às medidas de defesa dos 1.500 moradores da vila de São Paulo, distribuídos por 190 fogos [PETRONE, 1995, p. 60]. Os oficiais ordenam a limpeza dos caminhos e das fontes, a construção de pontes, a contratação de um porteiro da vila e a contratação de vigias e espias que informem os movimentos dos grupos inimigos. Também recomenda que se retirem os chiqueiros de porcos e as casas que estiveram arrimados aos muros da vila, “p.^r q sosedendo allgua guera pellos ditos chiqueiros podiam subir os contrairos” [ACTAS, 1914, p. 63].

No limiar do século XVII, fervilharam nos Campos de Piratininga guerras indígenas tanto no sertão como na vila, que significaram resistência à presença dos brancos, defesa de seus territórios e luta contra a escravização a que estavam sujeitos.

4- “Peças” das guerras

Em 1585, os oficiais das Câmaras de São Vicente escreveram ao capitão Jerônimo Leitão para dizer que a terra está com risco de se despovoar “por causa dos moradores e povoadores della não

terem escravaria de gentio da terra como tiverão” [ACTAS, 1914, p. 287]. Acrescentam que as doenças e epidemias mataram, em seis anos, mais de duas mil “peças de escravos com as quaes esta terra era ennobrecida”. Para suprir a demanda de mão-de-obra, pedem ao capitão uma “guerra campal aos índios nomeados carijós”, que mataram, em quarenta anos, cento e cinqüenta homens brancos entre portugueses, espanhóis e até padres da Companhia de Jesus [ACTAS, 1914, p. 287]. Dois anos depois, os oficiais da Câmara estavam organizando a partilha das “peças” apresadas em guerra. Esclarece a ata que “todo jentio q deçese do çertão asi tupiaen como carijó e outro qualquer” fosse repartido entre os moradores das vilas da Capitania, com exceção do gentio tupiaen que traz Domingos Luiz, porque, “não sendo licito o dito gentio ser repartido [...] o posese junto nua aldeã perto da vila “por estar frôteira do gentio guanonimis e outras de muitas nações hubiribabacas e por caso de çer tão atrevido e alevantado se vem chegando”. [ACTAS, 1914, p. 333].

Verifica-se claramente o nexó entre a formação das aldeias coloniais e o apresamento dos índios para suprir a crescente demanda de mão-de-obra no planalto. As aldeias forneceram índios para trabalhar em roças, fazendas e ofícios diversos, formar tropas de combate, explorar o sertão, transportar mercadorias, servir de guias e remadores, defender as fronteiras e a vila, construir casas, pontes, fortalezas, capelas e abrir caminhos de comunicação entre os núcleos de povoamento. Eram, na expressão de Pasquale Petrone, “*motores animados* aplicados a toda a sorte de trabalhos” (PETRONE, 1995, p. 213).

Os “desaranjos da capit.^{ab}” [ACTAS, 1914, p. 388] agravam-se em 1590. Homens brancos são mortos no sertão da Paraíba e a

vila corre risco de um ataque iminente dos índios do sertão. Índios “cristãos amigos” informam que os Tupiniquim estavam “junto nas frontr.^{as} e hera serteza vir já marchando co grande guerra sobre a dita vila” [ACTAS, 1914, p. 398]. Alguns meses depois, os oficiais da Câmara mencionam uma aliança entre as aldeias indígenas do sertão, a morte de dezenas de homens brancos, índios cristãos, índias cristãs, escravos e escravas, a destruição de fazendas dos brancos e dos índios e a destruição de igrejas. Nesse episódio obscuro, os camaristas revelam que a imagem de nossa Sra. do Rosário de Pinheiros foi quebrada [ACTAS, 1914, p. 404]. Curiosamente, no século XVII, a aldeia de Pinheiros tornou-se, a cada ano no mês de setembro, um centro de romarias para o culto de Nossa Senhora dos Pinheiros [PETRONE, 1995, p. 221].

Diante dos assaltos dos Tupiniquim, da visão dos “fumos no caminho do sertão” e do receio de “vir gente de paraopava para ajudar os índios “inimigos” [ACTAS, 1914, 404], o capitão Jerônimo Leitão resolve empreender uma guerra campal [ACTAS, 1914, p. 427] aos Tupiniquim e construir um forte em Ambuaçava, “remédio, ampaio e vigia dos enemigos”. Quinze homens estavam encarregados da defesa e, a cada dia, dois homens deveriam se embrenhar no mato como espias com alguns índios e escravos. De acordo com a ata, os “vigias ãdarão no mato todo hu dia e dormirão la hua noite e pela manhã virão a dar rezão do qu se achar nesessario”[...]. Em 1591, Jerônimo Leitão havia feito uma cerca na Ambuaçava de taipa de pilão e os oficiais pediram que o capitão “puzesse gente na dita serqua e mādase defender p.^r q hos contr.^{os} não se metese nella” [ACTAS, 1914, p. 414].

No ano seguinte, os oficiais da Câmara informam que os índios da aldeia de São Miguel e demais aldeias estavam “arruinados” e

pediam para os juízes, vereadores, o vigário e o escrivão da vila de São Paulo que fossem até a aldeia para tratar de “couzas pertensentes ao bem da cap.^{ta}” e requeriam “tirar devassa cotra todos aquelles q forão em amotinarem os ditos índios” e que, no dia de São Miguel se “querião levãtar contrários” [ACTAS, 1914, p. 449]. É surpreendente que, no final do século XVI, os índios da aldeia de São Miguel tenham articulado o pedido de uma devassa diante das autoridades coloniais para que investiguem os responsáveis pelas revoltas dos índios aldeados.

Os grupos étnicos apresados nas guerras de conquista do sertão aparecem nos inventários dos moradores de São Paulo, no final do século XVI. Alcântara Machado identifica os escravos Tamoio no inventário mais antigo lavrado na vila de São Paulo, em 1578, trazidos, provavelmente, pelo capitão Jerônimo Leitão que participou da campanha do governador Antonio Salema contra os Tamoio [MACHADO, 1980, p. 179]. João do Prado, cujo inventário data de 1597, possuía 10 peças, entre as quais mencionaram um Tamoio de nome Roque, 3 negras do gentio da terra e 2 moças Carijó [*Inventários e Testamentos*, 1920, p. 81]. No inventário de Isabel Fernandes, de 1599, estão arrolados entre os seus bens um negro de nome Francisco da nação Tupiniquim, Maria e Marina, ambas carijós e Angela e Joana, não identificadas. No testamento do mesmo ano, deixa doações para o resgate de cativos, à Nossa Senhora do Carmo, ao Mosteiro de São Paulo, a Santo Antonio, a São Miguel e à confraria de Nossa Senhora do Rosário, que agregava os índios cristãos [*Inventários e Testamentos*, 1920, pp. 256 e 257].

Considerações finais

As primeiras aldeias coloniais de São Paulo, povoadas sobretudo pelos Tupiniquim e Guaianá, formaram-se num quadro complexo e instável de disputas, conflitos e guerras, entre os índios da vila, das aldeias e do sertão, que criaram alianças dinâmicas e versáteis, e colonos e jesuítas, que, por sua vez, com frágeis alianças com os índios, lutavam para se estabelecer nos territórios indígenas do planalto, apesar da ferrenha resistência Tupi.

Na década de 1580, as notícias alarmantes dos levantes indígenas do sertão são concomitantes às solicitações dos colonos por mão-de-obra. É difícil precisar, entretanto, se os levantes foram ou não provocados pelos próprios colonos. O que ocorre é que as guerras, a partir daí, são direcionadas para os índios do sertão e o que se verifica nas aldeias e nos inventários dos moradores de São Paulo é a presença de grupos cada vez mais diversificados, como os Tupianaé, os Carijó, os Guarulho, os Boigi, os Hubiribabacas, entre outros.

No ocaso do século XVI, a derrota dos Tupi que viviam no Planalto - vitimados por contínuas guerras, epidemias e apresamentos -, e a vitória das guerras de conquista dos colonos dos Campos de Piratininga marcam a etapa inaugural da história das aldeias de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

Actas da Câmara da Villa de S. Paulo – 1562-1596. Arquivo Municipal de S. Paulo, vol.1, Século XVI, 1914.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas.* Identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

ANCHIETA, José. *Informação da Província do Brasil para nosso Padre (1585)*. In: ANCHIETA, José. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

CAMARGO, Paulo Florência da Silveira. *A Igreja na História de São Paulo (1530-1624)*, 1º vol. São Paulo: Instituto Paulista de História e Arte Religiosa, 1952.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO. *Inventários e Testamentos*. Papéis que pertenceram ao 1º Cartório de Órfãos da Capital, vol. 1, São Paulo, Arquivo do Estado, 1920.

_____. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. III, 3ª ed. São Paulo: Arquivo do Estado de S. Paulo, 1913.

KOK, Glória. *O sertão itinerante. Expedições da Capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “Capelas antigas de São Paulo”. *Revista do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional*, vol. 5, pp.105-120.

_____. “Movimentos da população em São Paulo no século XVIII”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no 1, São Paulo: USP, 1966, pp.55-111.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé. Estabelecimentos e assuntos locais. Séculos XVII- XVIII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945.

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1980.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia e São Paulo: EDUSP, 1975.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. “Dos Campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo”, pp. 21-67. In: PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade colonial 1554-1822*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *São Paulo nos Primeiros Anos 1554-1601. São Paulo no Século XVI*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

*

São Paulo, 11 de julho de 2009.